Aula 10

AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA: PAÍSES DESENVOLVIDOS NA OCEANIA

META

Entender como esses países conseguiram agregar elementos para um desenvolvimento dentro das perspectivas do sistema capitalista contemporâneo

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: contextualizar as realidades presentes nos países em análise com os propósitos de formação de um bloco de países desenvolvidos no mundo contemporâneo.

PRÉ-REQUISITOS

Aula 1 – A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do capitalismo.

Sônia de Souza Mendonça Menezes Genésio José dos Santos

INTRODUÇÃO

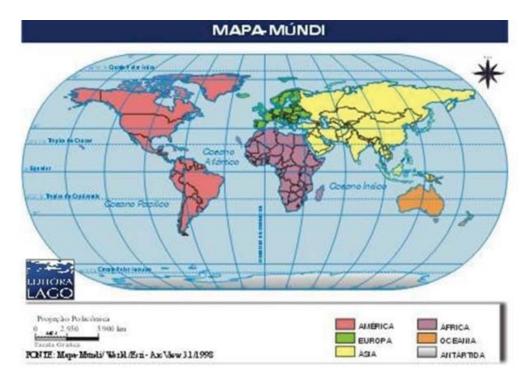
A Austrália e a Nova Zelândia localizam-se na Oceania, também conhecida como Novíssimo Continente. São os únicos países do Norte industrializado ou mundo desenvolvido que situam ao sul da linha do equador, os demais estão localizados no hemisfério norte (ver mapa).

A Oceania é uma região geográfica e geopolítica, composta por vários grupos de ilhas do Oceano Pacífico (Polinésia, Melanésia e Micronésia). O termo Oceania foi criado em 1831 pelo explorador francês Dumont d'Urville. O termo é usado hoje em vários idiomas para designar um continente que compreende a Austrália e ilhas do Pacífico adjacentes. Os limites da Oceania são definidos de várias maneiras. A maioria das definições reconhecem partes da Australásia como a Austrália, Nova Zelândia e Nova Guiné, e parte do Arquipélago Malaio como sendo partes da Oceania.

O referido continente é formado por vários arquipélagos situados no Oceano Pacífico, ocupando uma área de 8.935.000 quilômetros quadrados. Dentre as ilhas que compõem esses arquipélagos, a maior é a Austrália, que sozinha ocupa 7.741.000 quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 86% da área total do continente. A Austrália agrega em seu território mais de 70% da população total do continente, que é de 22.866.761de habitantes. Pela sua grande dimensão física no continente, a Austrália acabou dando a denominação que, por muito tempo correu o mundo: Continente Australiano.

Durante cerca de 40.000 anos antes da colonização européia, iniciada no final do século XVIII, por exemplo, o território australiano e a Tasmânia eram habitadas por cerca de 250 nações individuais de aborígenes. Após visitas esporádicas de pescadores do norte e pela descoberta européia por parte de exploradores holandeses em 1606, a metade oriental da Austrália foi reivindicada pelos britânicos em 1770 e, inicialmente colonizada por meio do transporte de presos para a colônia de Nova Gales do Sul, fundada em 26 de janeiro de 1788. A população aumentou de forma constante nos anos seguintes, a ilha foi explorada e, durante o século XIX, outros cinco grandes territórios autogovernados foram estabelecidos.

Em 1 de janeiro de 1901, as seis colônias se tornaram uma federação e a Comunidade da Austrália foi formada. Desde a Federação, a Austrália tem mantido um sistema político democrático liberal estável e continua a ser um reino da Commonwealth. A população do país está concentrada em torno das capitais continentais estaduais de Sydney, Melbourne, Brisbane, etc. Sua capital é Camberra.



Do ponto de vista físico, a Oceania é quase uma continuação do Sudeste Asiático, bastando observar o mapa acima. É como se fosse uma continuação das ilhas da Indonésia. Mas, do ponto de vista histórico e de povoamento, este continente possui características muito diferentes do continente asiático, o que justifica a sua separação como outra porção continental da superfície terrestre.

A COLONIZAÇÃO DA AUSTRÁLIA



Retrato do comandante James Cook, por Nathaniel Dance (1775).

Os britânicos incorporaram a Austrália aos seus domínios em 1770. No ano da incorporação oficial, habitaram a ilha-continente cerca de 300 mil nativos, divididos em mais de 600 tribos, que falavam mais de 500 dialetos.

Viviam num estágio cultural bastante primitivo, desconhecendo até a prática agrícola. No século XVIII, a ocupação britânica restringiu-se à implantação de colônias penais, a mais importante delas nas proximidades da cidade de Sydney, e à fixação de um pequeno número de colonos, que constataram as grandes possibilidades de se desenvolver a pecuária com sucesso na colônia.

A pecuária, principalmente a ovina, cresceu em imponência no século XIX, bem como a atividade agrícola, principalmente voltada à produção do trigo. O que provocou um grande surto populacional na colônia ao longo desse século foi, no entanto, a descoberta de ouro na província de Vitória. Na virada do século, a população australiana era de aproximadamente 3 milhões de habitantes. Em 1901, a Austrália transformou-se numa federação autônoma, a Comunidade da Austrália, iniciando um acelerado processo de expansão da agropecuária e da indústria. Isso determinou a necessidade de se incrementar, particularmente no pós-guerra, as correntes migratórias. De 1945 a 1970, o país recebeu aproximadamente 3 milhões de imigrantes, cerca de 50% de origem britânica. Atualmente a Austrália é um dos países que exercem maior controle sobre a imigração estrangeira.

Quando se trata da origem do nome Austrália, pesquisamos e descobrimos que vem da palavra em latim australis, que significa "austral", ou seja, "do sul"; e sua origem data de lendas do século II de "terra desconhecida do sul" (terra australis incognita). O país tem sido chamado coloquialmente como Oz desde o início do século XX. Aussie é um termo comum, coloquial para "australiano". Lendas de uma "terra desconhecida do sul" (terra australis incognita) remontam à época romana e eram comuns na geografia medieval, mas não eram baseadas em qualquer conhecimento documentado do continente. O primeiro uso da palavra na Australia em inglês foi em 1625, em "A note of Australia del Espíritu Santo, written by Master Hakluyt" e publicado por Samuel Purchas em Hakluytus Posthumus. A forma adjetiva holandesa Australische foi usada pelos holandeses, funcionários da Companhia das Índias Orientais, em Batavia para se referir à terra recémdescoberta no sul em 1638. O termo Austrália foi utilizado em 1693 uma tradução de Les Aventures de Jacques Sadeur dans la Découverte et le Voyage de la Terre Australe, um romance francês de 1676 de Gabriel de Foigny, sob o pseudônimo de Jacques-Sadeur. Alexander Dalrymple utilizou o termo em An Historical Collection of Voyages and Discoveries in the South Pacific Ocean (1771), referindo-se a toda a região Sul do Pacífico. Em 1793, George Shaw e James Smith publicou Zoology and Botany of New Holland, na qual escreveu sobre "a ilha grande, ou melhor, os continentes, da Austrália, Australásia ou Nova Holanda". A palavra também apareceu em um gráfico de 1799 de James Wilson.

O nome Austrália foi popularizado por Matthew Flinders, que usou o nome que seria formalmente aprovado em 1804. Ao elaborar o seu manuscrito e as cartas para o seu A Voyage to Terra Australis de 1814, ele foi convencido por seu patrono, Joseph Banks, a usar o termo Terra Aus-

tralis pois este era o nome mais familiar ao público. Flinders fez isso, mas permitiu-se a uma nota de rodapé:

"Se eu tivesse me permitido qualquer tipo de inovação no termo original, teria sido para convertê-lo para Austrália; como sendo mais agradável ao ouvido, e uma assimilação com os nomes das outras porções grandes da terra".

Esta é a única ocorrência da palavra Austrália no texto; mas no Apêndice III de General remarks, geographical and systematical, on the botany of Terra Australis, de Robert Brown, o autor faz uso da forma adjetiva australiano, o primeiro uso dessa forma. Apesar da concepção popular, o livro não foi determinante na adoção do nome: o nome veio gradualmente a ser aceito nos dez anos seguintes. Lachlan Macquarie, um governador da Nova Gales do Sul, em seguida usou o termo em seus despachos para a Inglaterra, e em 12 de dezembro de 1817 recomendou ao Instituto Colonial que fosse formalmente adotado. Em 1824, o Almirantado concordou que o continente deveria ser conhecido oficialmente como Austrália.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS FORÇAS ARMADAS DA AUSTRÁLIA

Nas últimas décadas, as relações exteriores da Austrália têm sido motivadas por uma associação estreita com os Estados Unidos através do Pacto ANZUS, e pelo desejo de desenvolver relações com a Ásia e com o Pacífico, nomeadamente através da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e do Fórum das Ilhas do Pacífico. Em 2005, a Austrália garantiu um lugar inaugural da Cúpula do Leste Asiático após a sua adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático. A Austrália é um membro da Commonwealth of Nations.

A Austrália tem prosseguido com a causa da liberalização do comércio internacional. Isto levou a formação do Grupo de Cairns e da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. A Austrália é um membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da Organização Mundial do Comércio e exerceu várias grandes acordos bilaterais de livre comércio, mais recentemente, o acordo de livre comércio Austrália - Estados Unidos e estreitamento das relações econômicas com a Nova Zelândia. Em 2010, a Austrália negociou um acordo de livre comércio com o Japão, com o qual a Austrália tem estreitos laços econômicos como um parceiro confiável na região da Ásia-Pacífico.

Junto com a Nova Zelândia, o Reino Unido, a Malásia e Singapura (Republic of Singapore), a Austrália é parte do Five Power Defence Arrangements, um acordo de defesa regional. Um país membro fundador das Nações

Unidas, a Austrália é fortemente comprometida com o multilateralismo e mantém um programa de ajuda internacional ao abrigo do qual cerca de 60 países recebem assistência. O orçamento para 2005-06 prevê US\$ 2,5 bilhões para ajuda ao desenvolvimento; como em percentagem do PIB, esse percentual é menor do que o recomendado nas metas de desenvolvimento do milênio das Organização das Nações Unidas. A Austrália foi classificada em 2008 em sétimo lugar pelo Centro para o Desenvolvimento Global no Compromisso com o Índice de Desenvolvimento.

As Forças Armadas da Austrália são compostas pela Marinha Real Australiana (Royal Australian Navy), a Força Aérea Real Australiana (Royal Australian Air Force) e o Exército Australiano (Australian Army), totalizando um contingente de 80.561 pessoas (incluindo 55.068 regulares e 25.493 reservistas). O papel titular do comandante-em-chefe é atribuída ao governador-geral, que nomeia um chefe das Forças de Defesa de uma das Forças Armadas com base no parecer do governo. As operações diárias das forças armadas estão sob o comando do Chefe, enquanto a mais ampla administração e formulação da política de defesa é feita pelo Ministro do Departamento de Defesa.

No orçamento de 2010-11, as despesas para defesa foram de US\$ 25,7 bilhões, representando o 14º maior orçamento de defesa no mundo, mas representando apenas 1,2% dos gastos militares globais. A Austrália esteve envolvida missões de paz, socorro, e conflitos armados regionais e da ONU (Organização das Nações Unidas), que atualmente destacam cerca de 3.330 integrantes das forças armadas em diferentes capacidades em 12 operações no exterior em diversas áreas, incluindo Timor-Leste, Ilhas Salomão e Afeganistão.

A ECONOMIA AUSTRALIANA

A Austrália tem uma economia de livre mercado com elevado PIB (Produto Interno Bruto) per capita e baixa taxa de pobreza. O dólar australiano é a moeda oficial da nação e também da Ilha Christmas, Ilhas Cocos (Keeling) e Ilha Norfolk, bem como dos independentes Estados-Ilhas do Pacífico Kiribati, Nauru e Tuvalu. Após a fusão de 2006 da Australian Stock Exchange e da Sydney Futures Exchange, a Australian Securities Exchange é agora a nona maior bolsa de valores do mundo.

Em terceiro lugar no Índice de Liberdade Econômica (2010), a Austrália é a décima terceira maior economia do mundo e tem o décimo terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita, maior que o do Reino Unido, Alemanha, França, Canadá e Japão, comparável com o dos Estados Unidos. O país foi classificado em segundo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano de 2010 das Nações Unidas, em primeiro lugar no Índice de Prosperidade de 2008 da Legatum e em sexto lugar no Índice de Qualidade de Vida da The Economist de 2005. Todas as grandes cidades da Austrália

estão em boa habitabilidade nos inquéritos comparativos globais; Melbourne atingiu o segundo lugar na lista "Cidades Mais Habitáveis do Mundo" de 2008 da The Economist, seguia de Perth, Adelaide e Sydney, em quarto, sétimo e nono lugar, respectivamente.

A ênfase na exportação de commodities, em vez de bens manufaturados, apoiou um aumento significativo nos termos de troca da Austrália desde o início do século, devido ao aumento dos preços das commodities. A Austrália tem uma balança de pagamentos que é mais de 7% negativa em relação ao, e teve persistentemente elevados déficits em conta corrente por mais de 50 anos. A Austrália tem crescido a uma taxa média anual de 3,6% ao ano por mais de 15 anos, em comparação com a média anual da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que é de 2,5%. A Austrália foi um dos poucos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que conseguiu evitar uma recessão econômica técnica durante a crise econômica de 2008-2009.

O governo de John Howard seguiu com uma desregulamentação parcial do mercado de trabalho e a privatização das empresas estatais, sobretudo no setor de telecomunicações. O sistema de imposto indireto foi substancialmente alterado em julho de 2000 com a introdução de um imposto sobre bens e serviços de 10%. No sistema fiscal da Austrália, o imposto de renda pessoal e de empresas é a principal fonte de receita do governo.

Em janeiro de 2007, haviam 10 033 480 pessoas empregadas, com uma taxa de desemprego de 4,6% da população. Durante a última década, a inflação tem sido de 2-3% e a taxa básica de juros em 5-6%. O setor de serviços da economia, incluindo o turismo, educação e serviços financeiros, responde por 71% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2008. Embora a agricultura e recursos naturais representem apenas 3% e 5% do PIB, respectivamente, eles contribuem substancialmente para o desempenho da exportação. Os maiores mercados de exportação da Austrália são o Japão, a China, os Estados Unidos, a Coreia do Sul e a Nova Zelândia.

A política energética da Austrália está sujeita à regulação e influência fiscal dos três níveis do Governo australiano, no entanto a política energética estadual e federal lidam com indústrias primárias, como o carvão. A política energética federal continua apoiando a indústria do carvão e do gás natural através de subsídios para o uso e exportação de combustíveis fósseis, uma vez que esta indústria de exportação contribui significativamente para as receitas do governo. A Austrália é um dos países mais dependentes do carvão no mundo. O carvão e o gás natural, juntamente com os produtos à base de óleo, são, atualmente, a principal fonte de energia utilizada pelos australianos, apesar do fato de a indústria de carvão produzir aproximadamente 38% do total de emissões de gases da Austrália. A política federal está começando a mudar com a publicação de um relatório que prevê uma meta nacional de energia renovável de 20% para o consumo de energia elétrica na Austrália até 2020 e o início do comércio internacional de emissões em 2010.

Devido à dependência da Austrália em relação ao carvão e ao gás para a geração de energia, em 2000 o país foi o maior emissor de gases que contribuem para o efeito estufa entre todos os países desenvolvidos, independente ou não de terem emissões de desmatamento inclusas. A Austrália é, ainda, um dos países que oferecem maior risco de um aumento nas mudanças climáticas, de acordo com o Relatório **Stern**. A comercialização de energia renovável na Austrália é relaticamente menor se comparada à de combustíveis fósseis. As indústrias de energia renovável australianas são diversas, abrangendo várias fontes de energia e as escalas de operação, que atualmente contribuem com cerca de 8 a 10% da oferta total de energia da Austrália. A principal área onde a energia renovável está crescendo é na geração de energia elétrica, seguindo as Metas do Governo Para a Geração de Energias Renováveis.

Ver glossário no final da Aula

A Austrália tem o segundo maior nível de automóveis do mundo. O país tem de três a quatro vezes mais estradas per capita do que a Europa e sete a nove vezes mais do que a Ásia, totalizando uma rede de rodovias de 812.972 km, sendo 341.448 km de estradas pavimentadas. A Austrália também possui a terceira maior taxa per capita de consumo de combustível do mundo. Perth, Adelaide e Brisbane são classificadas entre as cidades mais dependentes de automóveis no mundo, com Sydney e Melbourne logo atrás. Além disso, a distância percorrida por carros (ou veículo similar) na Austrália está entre as maiores do mundo, ultrapassando as dos Estados Unidos e Canadá. O crescente preço da gasolina e os congestionamentos cada vez maiores são apontados como fatores que contribuem para um renovado crescimento no uso dos transportes públicos urbanos.

A rede ferroviária do país é grande, abrangendo um total de 37.855 km (2,540 km eletrificadas) da faixa: 3.719 km de bitola larga, a bitola padrão 15.422 km, 14.506 km de bitola estreita e 172 km bitola mista. O país possui um total de 325 aeroportos, sendo os principais o Aeroporto de Melbourne e o Aeroporto de Sydney, um dos mais movimentados do mundo por número de passageiros. A Austrália também possui 2000 km de hidrovias.

O turismo é um importante setor da economia australiana. Em 2003/04, a indústria do turismo representou 3,9% do PIB da Austrália no valor de cerca de A\$ 32 bilhões (Dólar Australiano) para a economia nacional. A participação do turismo no PIB do país tem vindo a decrescer ligeiramente nos últimos anos, representando 1,1% do total das exportações de bens e serviços. Os 10 países que mais enviam turistas para viagens de curta duração para a Austrália são Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos, China, Japão, Singapura, Malásia, Coreia do Sul, Hong Kong e Índia.

Quando tratamos do íten educação, a frequência escolar é obrigatória em toda a Austrália. Todas as crianças recebem 11 anos de escolaridade obrigatória dos 6 aos 16 anos (1º. ao 10º. ano), antes que eles possam realizar mais dois anos (11º. e 12º. anos), contribuindo para uma taxa de alfabetização de adultos de cerca de 99%. O ano de preparação antes do 1º. ano, embora não seja obrigatório, é quase universalmente realizado. No Programa Internacional de

Avaliação de Alunos, a Austrália regularmente pontua entre os cinco maiores entre os trinta principais países desenvolvidos (países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Os subsídios do governo tem apoiado a criação de 38 universidades da Austrália. No país existe um sistema público de formação profissional, conhecido como **Institutos TAFE**, e muitos empregadores realizam estágios para a formação de novos funcionários. Cerca de 58% dos australianos com idade entre 25 e 64 anos têm qualificação profissional ou superior, sendo a taxa de graduação superior de 49%, a mais alta entre os países da OCDE. A proporção de estudantes internacionais para os locais no ensino superior na Austrália é a mais alta nos países da OCDE.

A expectativa de vida na Austrália é relativamente elevada, com valores de 78,7 anos para os homens e 83,5 anos para as mulheres nascidas em 2006. A Austrália tem as maiores taxas de câncer de pele no mundo, enquanto que o tabagismo é a maior causa evitável de morte e doença. A Austrália tem uma das percentagens mais elevadas de obesidade entre os cidadãos das nações desenvolvidas; também tem sido um dos países mais bem sucedidos na gestão da propagação do HIV/AIDS.

A Austrália introduziu um sistema de saúde universal, conhecido como Medibank, em 1975. Reformulado por sucessivos governos, a sua versão atual, o Medicare passou a existir em 1984. Agora é nominalmente financiado por uma sobretaxa do imposto de renda conhecido como a cobrança Medicare, atualmente fixada em 1,5%. Tradicionalmente, a gestão da saúde pública tem sido dividida entre os governos estadual e federal. Os estados gerenciam hospitais e serviços ambulatoriais registrados. Sob o governo de Kevin Rudd, um plano de reforma de saúde emergiu o que permitirá ao governo federal tomar "plena responsabilidade dos cuidados de saúde primários", essencialmente, tomar o controle de hospitais e ambulatórios dos estados. O total de despesas com saúde (incluindo as despesas do setor privado) é de cerca de 9,8 por cento do PIB australiano.

Desde 1788, a principal base da cultura australiana vem da cultura ocidental anglo-céltica. Características distintas culturais também têm surgido a partir do ambiente natural da Austrália e de culturas indígenas. Desde meados do século XX, a cultura popular estadunidense tem influenciado fortemente a cultura australiana, especialmente através da televisão e do cinema. Outras influências culturais vêm de países vizinhos da Ásia e da imigração em grande escala das nações que não falam inglês.

Acredita-se que as artes visuais australianas são tenham começado com pinturas em cavernas e em cascas de árvores de seus povos indígenas. As tradições dos indígenas australianos são amplamente transmitidas oralmente e estão vinculados a cerimônia e a contar histórias do Tempo do Sonho. Desde a época da colonização européia, um dos principais temas da arte australiana tem sido o cenário natural, por exemplo, as obras de Albert Namatjira, Arthur Streeton e outros associados com a Escola de Heidelberg e Arthur Boyd.

A paisagem do país continua a ser uma fonte de inspiração para os artistas modernistas australianos, que tem sido descrito em trabalhos aclamados

como os de Sidney Nolan, Fred Williams, Sydney Long e Clifton Pugh. Os artistas da Austrália são influenciados pelas artes estadunidense e européia modernas e incluem a cubista Grace Crowley, o surrealista James Gleeson, o expressionista abstrato Brett Whiteley e o artista pop Martin Sharp. A arte contemporânea indígena da Austrália é o único movimento de arte do país com importância internacional para sair deste país e o "último grande movimento de arte do século XX", seus expoentes têm incluído Emily Kngwarreye. O crítico de arte Robert Hughes tem escrito vários livros influentes sobre a história da Austrália e da arte, e foi descrito como "o mais famoso crítico de arte do mundo" pelo The New York Times. A Galeria Nacional da Austrália e galerias estaduais mantêm coleções de arte nacionais e estrangeiras.

Muitas das companhias de arte que atuam na Austrália recebem financiamento do Conselho Federal de Artes do governo federal. Há uma orquestra sinfônica em cada estado do país, e uma companhia de ópera nacional, a Opera Australia, bem conhecida pela sua famosa soprano Joan Sutherland. No início do século XX, Nellie Melba foi uma das principais cantoras de ópera do mundo. Balé e dança são representados pela The Australian Ballet e companhias de vários estados. Cada estado tem uma companhia de teatro financiada por fundos públicos.

A indústria do cinema australiano começou com o lançamento do The Story of the Kelly Gang de 1906, considerado o primeiro longa-metragem do mundo, mas tanto a produção de filmes australianos quanto a distribuição de filmes britânicos diminuiu drasticamente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando estúdios e distribuidores estadunidenses monopolizaram a indústria, e na década de 1930 cerca de 95% dos filmes exibidos na Austrália eram produzidos em Hollywood. No final dos anos 1950 a produção de filmes na Austrália efetivamente cessou e não houve produção de filmes completamente australianos na década entre 1959 e 1969. Graças aos governos de John Gorton e Gough Whitlam, a nova onda do cinema australiano da década de 1970 trouxe filmes provocantes e bem sucedidos, alguns explorando o passado da nação colonial, como Picnic at Hanging Rock e Breaker Morant, enquanto o chamado gênero "Ocker" produziu várias comédias urbanas de grande sucesso, incluindo The Adventures of Barry McKenzie e Alvin Purple.

A Austrália tem dois canais públicos (a Australian Broadcasting Corporation e o multicultural Special Broadcasting Service), três redes de televisão comercial, vários serviços de TV paga, e várias estações de rádio e televisão públicas, sem fins lucrativos. Cada grande cidade do país tem pelo menos um jornal diário e há dois jornais diários nacionais, o The Australian e o The Australian Financial Review. Em 2008, a organização Repórteres Sem Fronteiras classificou a Austrália na 25ª posição entre 173 países classificados por liberdade de imprensa, atrás da Nova Zelândia (7ª) e Reino Unido (23ª), mas à frente dos Estados Unidos (48ª). Esta baixa classificação ocorre principalmente devido à diversidade limitada de propriedade de mídia comercial na Austrália; a maioria das mídia de impressão estão mais sob o

controle da News Corporation e Fairfax Media.

Trabalhando os seus caracteres geográficos naturais percebe-se que, contornando todo o território, encontram-se as planícies, que se tornam bastante largas no norte, junto ao Golfo da Carpentária, e no sudeste, próximo aos rios Murray e Darling. As montanhas que formam os Alpes Australianos localizam-se no leste e no sudeste; são de altitudes modestas, alcançando o máximo de 2.230 metros (Monte Kosciuszko). A maior parte do país é constituída por planaltos geralmente baixos e relativamente planos, dos quais se destacam, entre outros, os montes MacDonell e Musgrave, bem como os desertos Vitória, Gibson, Simpson e outros menores, que ocupam todo o centro-oeste do território australiano (ver mapa)

A distribuição do relevo australiano, mais elevado no leste, influencia a drenagem dos maiores rios do continente - Darling e Murray -, que correm em direção ao sudoeste. Há ainda os rios Flinders, Vitória, Cooper, Ashburton e outros, localizados no leste e no norte do país. Em alguns desses manifesta-se uma característica da hidrografia australiana: o regime intermitente, determinado pelas condições climáticas. Pontilham o território australiano lagos cuja origem se deve à depressão relativa do relevo, inclinado para o interior, existindo grandes formações lacustres até mesmo em meio ao deserto. A nordeste do país localiza-se a Grande Barreira de Coral, que se estende no Mar de Coral, por mais de 2000 km.

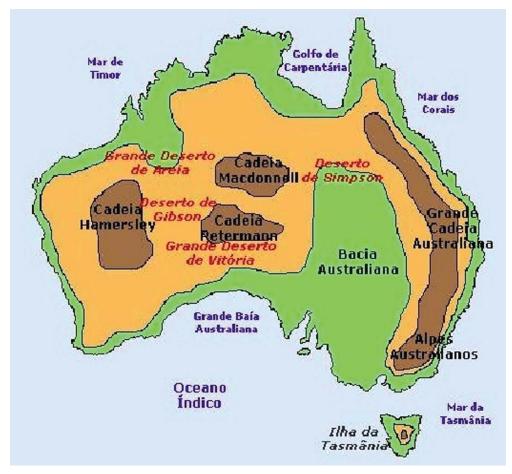


Figura: Mapa do Relevo Australiano.Fonte: Adaptado de SIMIELLI, M. E.. Geoatlas, São Paulo: Ática, 1998.

Verifica-se na Austrália, cortada pelo Trópico de Capricórnio, a presença de climas tropicais e subtropicais, com temperaturas elevadas no norte e mais amenas no sul, onde ocorrem chuvas com maior freqüência. O clima do tipo mediterrâneo, com verão seco, manifesta-se em áreas do sudoeste e do sul. Nas vastas extensões semiáridas e desérticas do centro-oeste o clima apresenta-se bastante quente. Em decorrência do clima, recobrem quase totalmente essa ilha as savanas e as estepes (lá denominadas scrubb), além das grandes extensões semiáridas e desérticas. Há também, entretanto, manchas de florestas tropicais e subtropicais ocupando as áreas úmidas do norte, leste e sudoeste.

Como a Austrália foi separada dos demais continentes há mais de 50 milhões de anos, desenvolveu uma fauna única, em que se destacam o ornitorrinco, um mamífero com bico e pêlo, e os marsupiais, como os cangurus e os coalas, animais cujos filhotes são criados numa bolsa existente no corpo da mãe durante o período de amamentação.

Cracteres Geográficos da Nova Zelândia

Quando a Nova Zelândia foi formalmente ocupada pelos britânicos em 1840, as suas ilhas eram habitadas pelos maoris, povo de origem polinésia. De 1845 a 1870, com a intensificação da colonização, ocorreram pesados conflitos entre britânicos e maoris, contrários à ocupação de suas terras. Derrotados, os maoris, que foram reduzidos de 300 mil para pouco mais de 40 mil, assinaram uma série de acordos com os colonizadores. Assim, teve início uma era de paz e prosperidade na Nova Zelândia.

A atividade agropecuária foi a mais importante para o sucesso da colonização. Destacaram-se a criação de ovinos para produção de lã e o cultivo de trigo, na fértil planície de Canterbury. A partir de 1860, foi a extração do ouro que funcionou como importante fator de atração populacional, garantindo a continuidade do processo de colonização.

A Nova Zelândia passou à condição de colônia britânica em 1870, alcançando sua autonomia política após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Nova Zelândia deixou de pertencer à esfera de influência britânica, passando à esfera de influência dos Estados Unidos.

Quando se trata do significado do seu nome, encontramos nos seus inscritos históricos o seguinte: Aotearoa (muitas vezes traduzido como "terra da longa nuvem branca") é o nome māori atual para a Nova Zelândia e também é usado no idioma neozelandês (inglês com adaptações locais). Não se sabe se os māori tinham um nome para todo o país antes da chegada dos europeus, sendo que Aotearoa originalmente referia-se apenas a Ilha do Norte. Abel Tasman avistou a Nova Zelândia em 1642 e chamou-a de Staten Landt, supondo que o país fosse conectado a um lugar do mesmo nome no extremo sul da América do Sul. Em 1645, cartógrafos holandeses renomearam o lugar para Nova Zeelandia, em homenagem a província holandesa de Zeeland. O explorador britânico James Cook posteriormente anglicizou o nome para New Zealand.

Os māori tinham vários nomes tradicionais para as duas ilhas principais que forma o país, incluindo Te Ika-a-Maui (o peixe de Māui) para a Ilha do Norte e a Te Wai Pounamu (as águas da pedra verde) ou Te Waka o Aoraki (a canoa de Aoraki) para Ilha do Sul. Os primeiros mapas europeus rotulavam as ilhas como Norte (Ilha do Norte), Média (Ilha do Sul) e Sul (Ilha Stewart). Em 1830, começou-se a usar mapas onde Norte e Sul eram os termos usados para distinguir as duas maiores ilhas do país e em 1907 esta era a norma aceita. O New Zealand Geographic Board descobriu em 2009 que os nomes da Ilha do Norte e Ilha do Sul nunca haviam sido formalizados, mas já há planos para fazer isso. O conselho também está considerando nomes māori, como Te Ika-a-Māui e Te Wai Pounamu, como as escolhas mais prováveis de acordo com o presidente da comissão da língua maori.

OS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO NA NOVA ZELÂNDIA

O povo maori são os mais prováveis descendentes das pessoas que emigraram de Taiwan para a Melanésia e, em seguida, viajaram para o leste até as Ilhas da Sociedade. Depois de uma pausa de 70 a 265 anos, uma nova onda de exploração levou ao descobrimento e ao povoamento da Nova Zelândia.

A Nova Zelândia foi um das últimas grandes massas de terra colonizadas por seres humanos. A datação por radiocarbono, evidências de desmatamento e a variabilidade do DNA mitocondrial em populações maori sugerem que a Nova Zelândia foi fundada pelos polinésios do leste entre 1250 e 1300, concluindo uma longa série de viagens pelas ilhas do Pacífico Sul. Ao longo dos séculos que se seguiram, esses colonos desenvolveram uma cultura distinta agora conhecida como māori. A população foi então dividida em iwi (tribos) e hapu (subtribos), que acabaram por cooperar, competir e, por vezes, lutar uns com os outros. Em algum momento, um grupo dos māori migrou para as ilhas Chatham (a que deram o nome de Rekohu), onde desenvolveram uma cultura distinta chamada moriori. A população moriori foi dizimada entre 1835 e 1862, principalmente por causa da invasão e escravização promovidas pelos māori, embora as doenças europeias também tenham contribuído para isso. Em 1862, havia apenas 101 sobreviventes e os últimos morioris puros conhecidos morreram em 1933.

Os primeiros europeus conhecidos por terem alcançado a Nova Zelândia foram o explorador holandês Abel Tasman e a sua tripulação em 1642. Em um encontro hostil, quatro tripulantes foram mortos e pelo menos um māori foi atingido por um tiro de metralha. Os europeus não voltaram à Nova Zelândia até 1769, quando o explorador britânico James Cook mapeou quase todo o seu litoral. Após Cook, a Nova Zelândia foi visitada por europeus e por vários baleeiros, foqueiros e navios comerciais norte-americanos. Eles negociavam alimentos, ferramentas de metal, armas

e outros bens de madeira, alimentos, artefatos e água. A introdução da batata e do mosquete transformou a agricultura e a guerra maori. A batata proporcionou um excedente de alimentos confiável, o que permitiu campanhas militares maiores e melhor sustentadas. O resultado das inter-tribais Guerras dos Mosquetes abrangeu mais de 600 batalhas entre 1801 e 1840, matando entre 30.000 e 40.000 māoris. A partir do início do século XIX, missionários cristãos começaram a se estabelecer na Nova Zelândia e, eventualmente, conseguiram converter a maior parte da população māori. A população nativa maori diminuiu em cerca de 40% do seu nível pré-contato durante o século XIX; doenças trazidas pelos europeus foram o principal fator.

O governo britânico nomeou James Busby como Residente Britânico para a Nova Zelândia em 1832 e em 1835, após um anúncio iminente de soberania da França, a indistinta Tribos Unidas da Nova Zelândia enviou uma declaração de independência ao rei Guilherme IV do Reino Unido pedindo proteção. A contínua agitação e a posição dúbia legal da declaração da independência levou o Escritório Colonial do Reino Unido a enviar o capitão William Hobson para a reivindicar a soberania para a Coroa Britânica e negociar um tratado com os māori. O Tratado de Waitangi foi assinado na Baía das Ilhas em 6 de fevereiro de 1840. Em resposta às tentativas da comercial Companhia da Nova Zelândia de estabelecer um assentamento independente em Wellington e de "compra" de terras em Akaroa por colonos franceses, Hobson declarou a soberania britânica sobre todos a Nova Zelândia em 21 de Maio de 1840, ainda que cópias do tratado ainda estivessem em circulação. Com a assinatura do tratado e da declaração da soberania vários imigrantes, principalmente do Reino Unido, começaram a chegar em números cada vez maiores.

A Nova Zelândia, originalmente parte da colônia de Nova Gales do Sul, tornou-se uma colônia da coroa separada em 1841. A colônia ganhou um governo representativo em 1852 e o primeiro parlamento da Nova Zelândia se reuniu em 1854. Em 1856, a colônia efetivamente tornou-se auto-governada, ganhando a responsabilidade sobre todos os assuntos domésticos, com exceção da política nativa (controle sobre a política nativa foi concedida em meados da década de 1860). Preocupado com a possibilidade da Ilha do Sul formar uma colônia separada, o premiê Alfred Domett apresentou uma resolução para transferir a capital de Auckland para uma localidade perto do Estreito de Cook. Wellington foi escolhida pelo seu porto e localização central, com o parlamento oficialmente sediado ali pela primeira vez em 1865. Com o aumento do número de imigrantes, os conflitos por terras levou às Guerras da Nova Zelândia da década de 1860 a década de 1870, resultando na perda e no confisco de muitas terras māori. Em 1893, o país tornou-se o primeiro país do mundo a conceder a todas as mulheres o direito ao voto e em 1894 foi pioneiro na adoção da arbitragem obrigatória entre empregadores e sindicatos.

Em 1907, a Nova Zelândia declarou-se um domínio dentro do Império Britânico e em 1947 o país adotou o Estatuto de Westminster, o que tornou a Nova Zelândia um reino da Commonwealth. O país se envolveu em assuntos mundiais, lutando ao lado do Império Britânico na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais e sofrendo os impactos da Grande Depressão. A depressão levou à eleição do primeiro governo trabalhista e ao estabelecimento de um estado de bem-estar abrangente e de uma economia protecionista. A Nova Zelândia experimentou um período de prosperidade crescente nas épocas seguintes a Segunda Guerra Mundial e os maori começaram a deixar sua vida rural tradicional e ir para as cidades em busca de trabalho. Um movimento de protesto dos maori desenvolveu-se, criticando o eurocentrismo e trabalhando por um maior reconhecimento da cultura māori e do Tratado de Waitangi. Em 1975, um Tribunal Waitangi foi criado para investigar alegações de violações do tratado e foi habilitado para investigar queixas históricas em 1985.

A Nova Zelândia é formada por duas ilhas principais e um algumas ilhas menores, situadas perto do centro do hemisfério de água. As principais ilhas do Norte e do Sul são separadas pelo Estreito de Cook, com 22 km de largura em seu ponto mais estreito. Além das duas ilhas principais, as cinco maiores ilhas habitadas são a Ilha Stewart, Ilhas Chatham, Ilha Grande Barreira (no Golfo de Hauraki), Ilha D'Urville e a Ilha Waiheke (há cerca de 22 km do centro de Auckland). As ilhas do país estão entre as latitudes 29° e 53°S e longitudes 165° e 176°E.

O território da Nova Zelândia é longo (mais de 1 600 km ao longo de seu eixo norte-nordeste) e estreito (largura máxima de 400 km), com cerca de 15 134 km de costa e uma área total de 268 021 quilômetros quadrados. Por causa de suas distantes ilhas periféricas e de seu longo litoral, o país tem extensivos recursos marinhos. Sua zona econômica exclusiva, uma das maiores do mundo, cobre mais de 15 vezes a sua área terrestre.

A Ilha do Sul é a maior massa de terra da Nova Zelândia e é dividida ao longo de seu comprimento pelos Alpes do Sul. Nessa cordilheira, há 18 picos com mais de 3.000 metros de altura, sendo o maior o Monte Cook, com 3.754 metros. A região de Fiordland tem montanhas íngremes e fiordes profundos, registros da glaciação deste canto sudoeste da Ilha do Sul. A Ilha do Norte é menos montanhosa, mas é marcada pelo vulcanismo. A altamente ativa zona vulcânica de Taupo formou um grande planalto vulcânico, pontuado pela maior montanha da Ilha do Norte, o Monte Ruapehu, com 2.797 metros. O planalto também abriga o maior lago do país, o Lago Taupo, situado na cratera de um dos mais ativos supervulcões do mundo.

O país deve a sua topografia variada, e talvez até o seu aparecimento acima do nível do mar, ao limite dinâmico que acontece entre as placas do Pacífico e Indo-Australiana. A Nova Zelândia é parte de Zealândia, uma microcontinente com quase metade do tamanho da Austrália, que gradativamente submergiu depois de se separar do supercontinente Gondwana. Cerca de 25 milhões de anos atrás, uma mudança nos movimentos das placas tectônicas começaram a contorcer e deformar a região. Isto agora

é mais evidente nos Alpes do Sul, formados pela compressão da crosta ao lado da falha alpina. Em outros lugares do limite da placa envolve a subducção de uma placa sob a outra, produzindo o fossa de Puysegur o sul, a fossa de Hikurangi ao lesta da Ilha do Norte e as fossas de Kermadec e de Tonga mais ao norte.



Figura: Mapa da Nova Zelândia. (Fonte: portalsaofrancisco.com.br).

A Nova Zelândia tem um clima ameno e temperado marítimo, com temperaturas médias anuais variando de 10°C no sul até 16°C no norte do país. A máxima e mínima históricas são de 42,4°C, em Rangiora, Canterbury, e -25,6°C, em Ranfurly, Otago. As condições variam fortemente entre as regiões extremamente úmidas na costa oeste da ilha sul para as regiões quase semi-áridas na região Central de Otago e na Bacia do Mackenzie no interior Canterbury e subtropicais em Northland. Das sete maiores cidades do país, Christchurch é a mais seca, recebendo em média apenas 640 milímetros de chuva por ano, e Auckland a mais chuvosa, recebendo quase o dobro esse montante. Auckland, Wellington e Christchurch recebem uma média anual superior a 2.000 horas de luz solar. As partes do sul e oeste da Ilha do Sul tem um clima mais frio e nublado, com cerca de 1.400-1.600 horas;

as partes norte e nordeste da Ilha do Sul são as áreas mais ensolaradas do país e recebem cerca de 2.400-2.500 horas.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FORÇAS ARMADAS

Na era colonial, a Nova Zelândia permitia que o governo britânico determinasse o comércio externo e fosse responsável pela política externa. Entre 1923 e 1926, Conferências Imperiais decidiram que a Nova Zelândia devia ser autorizada a negociar os seus próprios tratados políticos, sendo o primeiro tratado comercial de sucesso estabelecido com o Japão, em 1928. Apesar dessa relativa independência, a Nova Zelândia prontamente seguiu o Reino Unido ao declarar guerra à Alemanha Nazista em 3 de setembro de 1939, quando o então primeiro-ministro neozelandês, Michael Savage, proclamou: "Onde ela vai, nós vamos; onde ela está, nós estamos".

Em 1951, o Reino Unido virou-se cada vez mais para seus interesses europeus, enquanto a Nova Zelândia juntou-se à Austrália e aos Estados Unidos no Tratado de Defesa ANZUS (nome constituído pelas iniciais de Austrália, Nova Zelândia e United States ou Estados Unidos). A influência dos Estados Unidos na Nova Zelândia enfraqueceu após protestos sobre a Guerra do Vietnã, o fracasso dos Estados Unidos em advertir França após o naufrágio do Rainbow Warrior e por desacordos sobre questões agrícolas comerciais, ambientais e sobre a políticas sobre a zona livre de armas nucleares da Nova Zelândia. Apesar da suspensão das obrigações dos Estados Unidos, o tratado ANZUS permaneceu em vigor entre a Nova Zelândia e a Austrália, cuja política externa tem seguido uma tendência histórica semelhante. Próximos contatos políticos são mantidos entre os dois países, com acordos de livre comércio e organização de viagens que permitem aos cidadãos visitar, viver e trabalhar em ambos os países sem qualquer restrição. Atualmente, mais de 500 mil neozelandeses vivem na Austrália e 65 mil australianos vivem na Nova Zelândia.

A Nova Zelândia tem uma forte presença entre os países insulares do Pacífico. Uma grande proporção da ajuda externa da Nova Zelândia vai para esses países e muitos povos do Pacífico migram para a Nova Zelândia em busca de emprego. A migração permanente é regulamentada no âmbito do programa do governo, que permitem até 1.100 samoanos e até 750 habitantes de outras ilhas do Pacífico, respectivamente, para se tornarem residentes permanentes da Nova Zelândia por ano. Um esquema de trabalhadores sazonais de migração temporária foi introduzido em 2007 e em 2009 cerca de 8.000 habitantes das ilhas do Pacífico foram empregados nele. A Nova Zelândia está envolvido Fórum das Ilhas do Pacífico, Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico e do Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (incluindo Cúpula do Leste Asiático). O país

também é membro da Organização das Nações Unidas (ONU), da Comunidade das Nações, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e os Cinco Acordos de Força de Defesa.

A Força de Defesa da Nova Zelândia é composta por três ramos: a Marinha Real da Nova Zelândia, o Exército da Nova Zelândia e a Força Aérea Real da Nova Zelândia. As necessidades de defesa nacional da Nova Zelândia são modestas, devido à improbabilidade de ataque direto, mesmo com a presença global do país. A Nova Zelândia lutou nas duas guerras mundiais, com campanhas notáveis em Galípoli, Creta, El Alamein e Cassino. A Campanha de Galípoli desempenhou um papel importante na promoção da identidade nacional da Nova Zelândia e fortaleceu a tradição ANZAC, compartilhada com a Austrália. De acordo com Mary Edmond-Paul, "a Primeira Guerra Mundial tinha deixado cicatrizes na sociedade neozelandesa, com cerca de 18.500, no total, mortos como resultado da guerra, mais de 41.000 feridos e outros afetados emocionalmente, de uma força de combate no exterior de cerca de 103 mil e uma população de pouco mais de um milhão". A Nova Zelândia também teve uma importante participação na Batalha do Rio da Prata e na campanha aérea da Batalha da Grã-Bretanha. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos tinham mais de 400 mil militares americanos estacionados na Nova Zelândia.

Além do Vietnã e das duas guerras mundiais, a Nova Zelândia lutou na Guerra da Coreia, na Segunda Guerra dos Bôeres, na Emergência Malaia, na Guerra do Golfo e na Guerra do Afeganistão. O país tem contribuído com forças para várias missões de paz regionais e globais, tais como aquelas no Chipre, Somália, Bósnia e Herzegovina, Suez, Angola, Camboja, fronteira Irã-Iraque, Bougainville, Timor-Leste e nas Ilhas Salomão. A Nova Zelândia também enviou uma unidade de engenheiros do exército de para ajudar na reconstrução de infraestrutura do Iraque por um ano durante a Guerra do Iraque.

Nova Zelândia tem uma moderna, próspera e desenvolvida economia de mercado, com um Produto Interno Bruto (PIB) em Paridade do Poder de Compra (PPC) per capita estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em cerca de US\$ 26.966. A moeda do país é o dólar da Nova Zelândia, informalmente conhecido como o "dólar Kiwi", que também circula nas Ilhas Cook, Niue, Tokelau e nas Ilhas Pitcairn. A Nova Zelândia foi classificada como o quinto país "mais desenvolvido" do mundo pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2011, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e ficou em 4º lugar no Índice de Liberdade Econômica de 2011, publicado pela Heritage Foundation.

Historicamente, as indústrias extrativistas têm contribuído fortemente para a economia da Nova Zelândia, concentrando-se, de acordo com a época, na caça às focas e baleias, linho, ouro, goma kauri e na madeira nativa. Com o desenvolvimento do transporte refrigerado em 1880, carne e produtos lácteos passaram a ser exportados à Grã-Bretanha, um comércio

que serviu de base para um forte crescimento econômico na Nova Zelândia. A elevada demanda de produtos agrícolas do Reino Unido e dos Estados Unidos ajudou os neozelandeses a alcançar um padrão de vida mais elevado do que o da Austrália e da Europa Ocidental nos anos 1950 e 1960. Em 1973, o mercado de exportação da Nova Zelândia foi reduzido quando o Reino Unido aderiu à Comunidade Européia e por outros fatores, tais como crise do petróleo de 1973 e a crise energética de 1979, o que levou a uma grave depressão econômica. O padrão de vida neozelandês caiu atrás daqueles registrados na Austrália e na Europa Ocidental e, em 1982, a Nova Zelândia tinha a menor renda per capita entre todos os países desenvolvidos pesquisados pelo Banco Mundial. Desde 1984, sucessivos governos engajados na reestruturação macroeconômica do país transformou rapidamente a Nova Zelândia de uma economia altamente protecionista para uma economia de livre comércio e liberalizada.

O desemprego chegou acima dos 10% em 1991 e 1992, após a "segunda-feira negra de 1987", mas finalmente caiu a uma baixa recorde de 3,4% em 2007 (a 5ª menor taxa entre os 27 países comparáveis da OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A crise financeira mundial que se seguiu, porém, teve um grande impacto na economia neozelandesa, com o PIB do país encolhendo por cinco trimestres consecutivos, a mais longa recessão em mais de 30 anos, e com o aumento do desemprego para uma taxa de 7% no final de 2009. A taxa de desemprego para os jovens foi de 17,4% no trimestre de junho de 2011. A Nova Zelândia tem experimentado uma série de "fuga de cérebros" desde 1970, fenômeno que continua ainda hoje. Quase um quarto dos trabalhadores altamente qualificados do país vivem no exterior, a maioria na Austrália e Reino Unido, taxa maior do a de qualquer outra nação desenvolvida. Nos últimos anos, entretanto, um "ganho de cérebros" trouxe profissionais educados da Europa e de países menos desenvolvidos.

O turismo é uma importante indústria na Nova Zelândia, contribuindo com NZ\$ 15 bilhões (ou 9%) do produto interno bruto (PIB) doméstico do país em 2010. É também a maior indústria de exportação da Nova Zelândia, com cerca de 2,4 milhões de turistas internacionais visitando o país anualmente (dados de setembro de 2009), o que forneceu 18% das receitas de exportação neozelandesas em 2010. A Nova Zelândia é comercializada no exterior como um lugar "limpo e verde" de aventura, com destinos naturais, como Milford Sound, o Monte Cook, as Cavernas de Waitomo, o Parque Nacional Abel Tasman e a Travessia Alpina do Tongariro, enquanto atividades como o bungee jumping ou a observação de baleias exemplificam atrações turísticas típicas.

A grande maioria das chegadas de turistas para a Nova Zelândia veem através do Aeroporto de Auckland que movimentou mais de 11 milhões de passageiros em 2004. Muitos turistas internacionais também gastar o tempo em Christchurch, Queenstown, Rotorua e Wellington (Ver figura abaixo).

O turismo doméstico também é importante, sendo que as despesas desse tipo de atividade chegam a US\$ 13 bilhões e superam as despesas de turistas internacionais, de US\$ 9 bilhões em 2010. No geral, o turismo mantém cerca de 180.000 empregos em tempo integral (10% da força de trabalho na Nova Zelândia).



Figura: Terminal internacional do Aeroporto de Auckland. (Fonte: portalsaofrancisco.com.br).

Em 2008, petróleo, gás e carvão geraram cerca de 69% da oferta de energia bruta da Nova Zelândia e 31% foi gerada a partir de energias renováveis, principalmente energia hidrelétrica e geotérmica. A rede de transportes da Nova Zelândia inclui 93 805 km de estradas, no valor de 23 bilhões de dólares, e 4 128 km de linhas ferroviárias. A maioria das grandes cidades e vilas do país estão ligadas por serviços de ônibus, embora o automóvel privado seja o modo predominante de transporte. As ferrovias foram privatizadas em 1993, em seguida, re-adquiridas pelo governo em 2004 e investidas através de uma empresa estatal. O sistema ferroviário percorre o território do país, embora a maioria das linhas seja de transporte de mercadorias, em vez de passageiros. A maioria dos visitantes internacionais chegam por via aérea e a Nova Zelândia tem sete aeroportos internacionais, embora atualmente apenas os aeroportos de Auckland e Christchurch conectem-se diretamente com outros países além de Austrália e Fiji. Os Correios da Nova Zelândia tinham o monopólio sobre as telecomunicações até 1989, quando Telecom New Zealand foi formada, inicialmente como uma empresa estatal e privatizada em 1990. A Telecom ainda possui a maior parte da infraestrutura de telecomunicações, mas a concorrência de outros fornecedores aumentou.

O ensino primário e secundário é obrigatório para crianças de 6 a 16 anos. Existem 13 anos escolares e de escolas públicas são gratuitas. A Nova Zelândia tem uma taxa de alfabetização de adultos de 99% e mais da metade da população de 15 a 29 anos possui uma qualificação superior. Existem cinco tipos de instituições estatais terciárias: universidades, faculdades de educação, institutos politécnicos, institutos especializados e wānanga, e também estabelecimentos de ensino privado.

CONCLUSÃO

Os britânicos incorporaram a Austrália aos seus domínios em 1770. No ano da incorporação oficial, habitaram a ilha-continente cerca de 300 mil nativos, divididos em mais de 600 tribos, que falavam mais de 500 dialetos. Viviam num estágio cultural bastante primitivo, desconhecendo até a prática agrícola. No século XVIII, a ocupação britânica restringiu-se à implantação de colônias penais, a mais importante delas nas proximidades da cidade de Sydney, e à fixação de um pequeno número de colonos, que constataram as grandes possibilidades de se desenvolver a pecuária com sucesso na colônia.

Quando a Nova Zelândia foi formalmente ocupada pelos britânicos em 1840, as suas ilhas eram habitadas pelos maoris, povo de origem polinésia. De 1845 a 1870, com a intensificação da colonização, ocorreram pesados conflitos entre britânicos e maoris, contrários à ocupação de suas terras. Derrotados, os maoris, que foram reduzidos de 300 000 para pouco mais de 40 000, assinaram uma série de acordos com os colonizadores. Assim, teve início uma era de paz e prosperidade na Nova Zelândia.

A atividade agropecuária foi a mais importante para o sucesso da colonização. Destacaram-se a criação de ovinos para produção de lã e o cultivo de trigo, na fértil planície de Canterbury. A partir de 1860, foi a extração do ouro que funcionou como importante fator de atração populacional, garantindo a continuidade do processo de colonização.

A Nova Zelândia passou à condição de colônia britânica em 1870, alcançando sua autonomia política após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Nova Zelândia deixou de pertencer à esfera de influência britânica, passando á esfera de influência dos Estados Unidos.



Durante os Períodos Glaciais, Austrália, Nova Guiné e Tasmânia eram ligadas por pontes terrestres, formando um único continente, conhecido como Sahul. Os australoides, primeiro povo a habitar a região, eram os antepassados dos atuais papuas e dos aborígenes australianos, que devem ter chegado a Sahul há 60 000 anos.

A seguinte onda significativa de emigrantes só aconteceu em 6000 a.C., quando povos austronésios vindos de Taiwan se espalharam pelas Filipinas e Índias Orientais e chegaram à Nova Guiné, miscigenando-se com os nativos australoides, originando a heterogênea população da Melanésia. Por volta de 1500 a.C., esses austronésios, os maiores navegantes da pré-história,

chegaram às Fiji - vindos de Vanuatu e, pouco depois, à Tonga e à Samoa, ponto de (partida) para a posterior expansão polinésia para o Pacífico Oriental, acabando na ocupação de ilhas tão distantes como o Havaí, ao norte, a Nova Zelândia ou Aotearoa (seu nome polinésio), ao sul e a Ilha de Páscoa ou Rapa Nui, ao leste.

A povoação das ilhas da Micronésia teve origens étnicas distintas: filipinos em Palau e Yap, habitantes do arquipélago Bismarck nas Ilhas Truk, tuvaluanos (que encontram origem nas Fiji) nas Ilhas Marshall, por exemplo. Isso é comprovável por traços culturais e linguísticos. Já os povos da Polinésia encontram origens étnicas, linguísticas e culturais semelhantes. Símbolos da cultura polinésia conhecidos mundialmente são as estátuas tiki e a festa luau, além de seu estilo de tatuagem.

Os austronésios guiaram-se unicamente com a localização dos astros, direção do vento e características das ondas - que revela a localização de ilhas. Dominavam a cerâmica, que foi um dos símbolos da cultura lápita, cujo estilo singular da mesma era ricamente decorado e que, em cerca de 500 A. C., foi substituída por peças simples e sem decoração na Samoa. Também dominavam a agricultura, encontrando subsistência no taro, no inhame, na batata-doce, na mandioca, na banana, no coco, na cana-deaçúcar e no arroz.



Para ficar mais prática a compreensão deste conteúdo faça um quadro comparativo entre a Austrália e a Nova Zelândia, enumerando suas principais características econômicas, sociais, políticas, naturais, etc.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

As duas últimas aulas, deste material, trazem consigo a parte mais empírica da teoria analisada, portanto, torna-se muito mais fácil compreender a separação do mundo em vários mundos, ou como faz o Sistema Capitalista: mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido. Neste caso, apenas o mundo desenvolvido nos interessa.

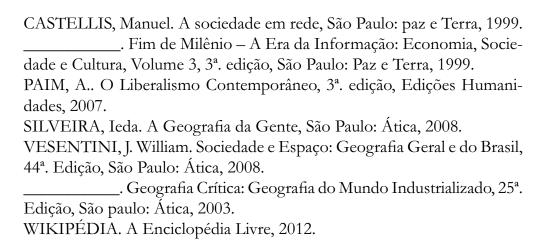


Com esta aula encerramos os conteúdos que precisam ser estudados. Mas, aconselhamos um melhor aprofundamento das questões postas, buscando leituras complementares.



Chegamos ao final de mais um bloco de conteúdos, por isso, bom mesmo é perguntarmos: será que estou conseguindo acompanhar de forma completa o que foi proposto? Será que estou conseguindo entender o que foi analisado? Será que estou tendo disposição para assimilar este conteúdo?

REFERÊNCIAS



GLÓSSARIO

STERN: é o nome do coordenador do referido relatório, o economista britânico do Banco Mundial, Sir NICHOLAS STERN. É um estudo encomendado pelo governo britânico sobre os efeitos da economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos.

Institutos TAFE: Technical And Further Education. Maior centro de educação técnica da AUSTRÁLIA.

O Dia ANZAC (ou em inglês ANZAC Day): é celebrado em 25 de abril na Austrália e na Nova Zelândia para lembrar a batalha de Gallipoli (Turquia), em que dezenas de milhares de soldados do ANZAC (Forças Armadas da Austrália e da Nova Zelândia) e do Reino Unido perderam as suas vidas na I Guerra Mundial. As maiores paradas militares do "Dia ANZAC" ocorrem em Canberra, capital da Austrália, e em Auckland, maior cidade da Nova Zelândia. O Dia ANZAC também é feriado nas Ilhas Cook, Niue, Samoa e Tonga.